

A CIDADE SONHADA, A CIDADE REMEMORADA, A CIDADE FALADA.

Lenita Maria Rodrigues Calado
Mestranda, UFGD, Bolsista CAPES
lenitamaria@bol.com.br

Feira dá adeus à casa de 40 anos

Despedida – Após fazer parte da história instalada em um dos quadriláteros da cidade por décadas, a Feira Central funciona hoje pela última vez no local.

(Correio do Estado, Campo Grande, MS. Quarta-feira, 15 de dezembro de 2004)

Assim era a manchete do Correio do Estado, jornal de grande circulação no Estado de Mato Grosso do Sul, no último dia em que a Feira Livre Central de Campo Grande ocupou seu endereço de quatro décadas. O artigo ainda citava a inauguração do novo local construído para a Feira.

O jornal havia publicado, anteriormente, matérias sobre a mudança da Feira fazendo oposição à Prefeitura com entrevistas demonstrando apreensão por parte dos feirantes, e certa resistência sobre esta mudança¹. Desde os anos 80² do século XX, havia uma discussão entre vários setores da sociedade sobre o destino da Feira, que havia tomado grandes proporções físicas e era uma atividade que acontecia na próxima ao centro da cidade. A discussão ficou mais acirrada quando a Prefeitura resolveu construir o novo espaço para a Feira³, tirando-a das ruas e fixando-a em parte da esplanada da antiga estação ferroviária da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, utilizando um espaço considerado, pela própria

¹ Título: Mudança de feira é vista com cautela; grande parte dos feirantes vê a proposta da prefeitura da transferência da Feira Central para a área da antiga estação ferroviária com restrição. Correio do Estado, 19/03/2002. Campo Grande, MS

Título: Proposta de reordenamento da Feira Central divide opiniões. Correio do Estado, 22/11/1989. Campo Grande, MS.

² Uma Proposta para a Feira Livre Central. Prefeitura Municipal de Campo Grande, Secretaria Municipal de Planejamento, Planurb, agosto de 1987.

³ Correio do Estado Online, 11/12/2003, Campo Grande, MS.

Correio do Estado Online, 12/12/2003, Campo Grande, MS.

Correio do Estado, 17/01/2004, Campo Grande, MS.

Prefeitura, obsoleto e, ao mesmo tempo, “resolvendo”⁴ a desocupação das ruas que circundavam um terreno negociado pela prefeitura com a Igreja Universal do Reino de Deus para a construção de um grande templo desta igreja evangélica.

A Feira que ocupou 40 anos o mesmo espaço tinha, então, se transfigurado em espaço de memória da cidade, como parte de patrimônio urbano, ou seja, se a imagem que a expressão “patrimônio histórico” evoca nas pessoas é de importância, de evento marcante; a Feira estaria elevada a este posto. Não só pelo fato de existir por muitos anos, mas por fazer parte cotidianamente da vivência dos habitantes da cidade.

O patrimônio que a Feira configurava é uma noção recente de “patrimônio intangível” (Gonçalves, 2003), que trata de lugares, modos, festas, conhecimentos etc. Esta noção é confundida com o próprio conceito de história. No senso comum, o patrimônio é o que tem importância histórica, e para os habitantes de uma cidade só faz parte da história o que foi “imortalizado” pelos atos de construção na memória coletiva (Halbwachs, 1990).

Neste aspecto, a Feira figura em dois momentos: o primeiro de um conceito clássico de patrimônio que se destina à preservação de uma construção, uma obra da cidade imortalizada pelo tempo; no segundo momento há o conceito contemporâneo de patrimônio (Camargo, 2002), ligado aos eventos de turismo e à concepção de “cultural”. Quando um fenômeno é caracterizado como “patrimônio” por representantes dos órgãos de governo carrega em si estes conceitos transferidos para o senso comum. Quando o prefeito fala de “preservação da memória cultural” está se dirigindo aos anseios da população com relação à forma de tratamento de seus patrimônios, relacionados aos conteúdos simbólicos que a eles são atribuídos (Camargo, 2002).

Contemporaneamente, o conceito de patrimônio se amplia com as análises do simbolismo que compõe a ligação do indivíduo com o meio em que vive, surgindo o fator cultural como alavanca para a determinação de novos bens patrimoniais.

O turismo é encarado como setor econômico importantíssimo, gerador de empregos e divulgador das cidades como *ciudades-mercadoria* (Sánchez, 2003). As atividades de lazer e de turismo dão valorização às características dos espaços que podem ser visitados, como se os lugares pudessem por si só contar a história daquela sociedade visitada.

A patrimonização deveria ser discutida por parcelas da população que possuem

⁴ Assunto que foi considerado problemático para a prefeitura, havia um projeto para que o mesmo lugar fosse organizado para receber a Feira. A prefeitura negociou o terreno com a Igreja Universal, e por passo, construiu o espaço que destinaria para a Feira.

contato com o que, freqüentemente, é chamado de histórico, e as políticas de preservação deveriam questionar os habitantes das cidades para formular projetos adequados aos usuários dos espaços. Muitas ações são realizadas com os chamados projetos de “revitalização de centros históricos”, procurando uma nova funcionalidade para áreas degradadas, essas funcionalidades devem ser estudadas para que contemplem os verdadeiros habitantes dos centros. Ainda assim, levando em consideração que os centros se degradam invariavelmente, ou seja, os centros comerciais são deslocados e, indubitavelmente, se degradam.

Campo Grande tem o centro comercial deslocado para a área do único *shopping* da cidade – aproximadamente desde os anos 90 – na maior avenida da cidade (Av. Afonso Pena). Mas já teve deslocamentos anteriores, mesmo na região central. Nos anos entre 1900 e 1930, o centro estava localizado nas ruas 26 de Agosto e Calógeras (nomes atuais), antes da inauguração do *shopping* (1989) permaneceu na Rua 14 de Julho (Oliveira Neto, 2005). Sem datas estanques, há uma dinâmica nesses deslocamentos, e os espaços degradados vão ficando espalhados pela cidade, muitas vezes marginalizados como a população que os freqüenta.

No Brasil a legislação patrimonial tenta acompanhar as idéias que entrelaçam a manipulação da memória coletiva (Le Goff, 1984), a valorização do patrimônio e a construção historiográfica. Tentando esclarecer o que é patrimônio ou não, o IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) tem em seu acervo as Cartas Patrimoniais, que tratam desde sobre monumentos específicos de países participantes da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), até sobre as resoluções e a salvaguarda de patrimônios imateriais (Recomendação Paris, 2003) ⁵.

O patrimônio, então, tem seu conceito construído através do tempo. A procura de origens e de identidades nacionais dá visibilidade a símbolos que são valorizados para se transformarem em patrimônios.

A Feira era vista como símbolo que se queria perpetuar, como reflete a análise do discurso do representante máximo da prefeitura, afinal “preservar memória cultural” está intrinsecamente ligado a preservação de patrimônio. Mas, como se perpetuaria a formação de uma Feira – sendo que apenas o seu local era o mesmo em quarenta anos – que estava prestes a ocupar outro local?

⁵ Site: <http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaInicial.do> Acessado em 26/09/2008.

Dividida então, entre ser um patrimônio e ser intangível – e ser adaptada para que fosse perpetuada. A questão foi ampliada quando a mudança se fez necessária, os processos para a validação da Feira como patrimônio e como ela deveria ser transformada estavam em andamento bem antes do ato que o Jornal Correio do Estado noticiou naquela manhã de 2004.

Canclini esclarece o que estou chamando de patrimônio cultural:

O patrimônio cultural expressa a solidariedade que une os que compartilham um conjunto de bens e práticas que os identifica, mas também costuma ser um lugar de cumplicidade social. As atividades destinadas a defini-lo, preservá-lo e difundi-lo, amparadas pelo prestígio histórico e simbólico dos bens patrimoniais, incorrem quase sempre numa certa simulação ao sustentarem que a sociedade não está dividida em classes, etnias e grupos, ou quando afirmam que a grandiosidade e o prestígio acumulados por esses bens transcendem essas frações sociais (Canclini, 1994, p.96).

A Feira vista como patrimônio cultural foi parte dessa simulação da cidade de Campo Grande, como se a sua transformação pudesse transcender as frações sociais de que nos fala Canclini. E o jornal citado acima que parecia contrapor-se a esta mudança, estava corroborando para que a Feira fosse assimilada como “uma parte” de todos os habitantes, e assim, mesmo em tom de despedida, assegura a permanência do patrimônio cultural em um novo local.

Alguns fatores fazem parte da formação do que pode ser considerado patrimônio ou não, a caracterização de algo como patrimônio perpassa por leis e por outros interesses da coletividade. O memorável é uma parte dos discursos dos agentes envolvidos nestas considerações sobre o patrimônio. O patrimônio envolve o que foi chamado por Halbwachs (1990) de memória coletiva, mas também na mesma linha, dialoga com o imaginário da população da cidade.

Cláudia⁶, feirante há dezesseis anos, me disse: *Se a Feira fosse patrimônio não tinha mudado!* (risos) Referindo-se à mudança de 2004.

E o professor Naôr⁷: *O maior patrimônio de uma cidade é a sua população!*

A fala de Cláudia representa uma forma de senso comum sobre o termo “patrimônio”, ou seja, que a preservação e a permanência equivalem à valorização do que poderia ser conservado como patrimônio.

Na entrevista de Naôr as características pessoais são importantes para a análise:

⁶ Entrevista realizada em 29/10/2008, na Feira Central.

⁷ Entrevista realizada em 25/10/2008, em sua residência.

professor aposentado, escritor, especialista em lingüística. O termo “patrimônio” equivale à importância de construção da própria cidade, a população é indispensável para as relações sociais estabelecidas na cidade, portanto para ele, o patrimônio é a própria população, mostrando um conhecimento humanista em sua formação.

Entre os feirantes descobri que: Maria “Batatinha” trabalha na Feira há quarenta e dois anos (sua mãe já era feirante); Cláudia trabalha na Feira dando continuidade ao trabalho da família de seu marido (que é descendente de japoneses); Rosemeire herdou a barraca de seu pai; Maria do Socorro é feirante porque se casou com um feirante; Nelson era feirante porque seu pai começou o negócio; e com raras exceções, as barracas são parte de herança ou aprendizado familiar. O significado desta análise é que as pessoas consideram os patrimônios com relação ao contato – que o objeto a ser visto como patrimônio – tenha com sua história de vida.

Stuart Hall analisa que *psicanaliticamente, nós continuamos buscando a “identidade” e construindo biografias que tecem as diferentes partes de nossos eus divididos numa unidade porque procuramos recapturar esse prazer fantasiado da plenitude* (2002, p.39). De tal forma que essa procura englobe o pertencimento como fator de integração.

O processo da formação das identidades atravessa momentos específicos: o individualismo do sujeito moderno; a concepção social; as culturas nacionais; as representações; a globalização; a dialética entre o “local” e o “global”; e o hibridismo (Hall, 2002). O conceito é construído também com o passar do tempo, e vai ao longo desse se modificando e se ampliando.

A noção de pertencimento é formado por ações, por atos cotidianos, pelas vivências, encontramos esse sentimento nas falas com relação à Feira. Com relação ao pertencimento e como encará-lo, ao invés de consolar-se com as chamadas identidades, está lançado como proposta de trabalho neste parágrafo:

É um processo de definição de um pertencimento, composto não apenas pelos registros do mundo material, dados a ver, tangíveis, à disposição do passante, como também daqueles advindos da esfera do imaterial, depositados na memória, nas tradições, na rememoração das vivências passadas, no mundo das coisas ditas. Ou seja, para o resgate da memória e da história de uma cidade é preciso convocar e recolher registros de uma outra época, testemunhos e traços de diferentes naturezas, que possam dar conta das transformações do espaço urbano no tempo (Pesavento, 2004, p.1598).

Recolhendo registros e vendo a Feira como um traço é que posso estabelecer e dar conta das transformações ocorridas na cidade. Assim sendo, as fontes orais permearam esta

busca e possibilitaram que alguns indícios fossem vistos.

Quando perguntado sobre sua relação com a Feira nos anos de 1970 a 1989, período em que morou próximo à Feira, Naôr disse que sempre freqüentava, aos sábados à tarde, com os filhos e que gostava das relações de sociabilidade que aconteciam no local.

Sua esposa, Nilva⁸, disse:

*Entendo.. Um ponto turístico e patrimônio, tanto que valorizaram, deram lugar especial... Quando construíram aquela Feira Central, valorizou, bem que a maioria reclamou... A Maria falou que não gostou de lá... tava acostumada ali né... acho que valorizou muito, deu muita oportunidade de trabalho, como naquela área que vende as bijuterias, os brinquedos, tudo separado... muito organizado.*⁹

Nilva fala da Feira que ocupa, desde 2004, a área da esplanada da Estação Ferroviária, e valoriza as possibilidades de trabalho com um espaço organizado. Essa fala mostra a relação entre a sobrevivência e a importância que um patrimônio pode alcançar e como a *patrimonização* pode vincular aspectos do cotidiano necessários para a vida na cidade, assim como o patrimônio continua dando valor às características turísticas de uma localidade. A fala da entrevistada não é singular, é generalizada na sociedade capitalista, a necessidade de sobreviver, o uso do trabalho é uma preocupação dos atores sociais.

A Feira congrega aspectos multifacetados, começa no trabalho, insere por via do cotidiano as relações, e soma culturalmente visões e pertencimentos no espaço urbano.

O conceito de *cidade-mercadoria* cabe muito bem para entender as cidades a partir dos anos 90 do século XX, cidades que desenvolveram projetos para serem “vendidas” por meio de *suas singularidades políticas, culturais e urbanísticas*; e ao mesmo tempo serem enquadradas num *padrão tendencialmente homogêneo das imagens internacionais de cidades* (Sánchez, 2003, p. 39).

Os patrimônios urbanos foram encarados como itens importantes para a adaptação das cidades em cidades-mercadoria. Sánchez analisa que a globalização corre em duas vertentes, uma que busca a homogeneização e outra que busca a singularidade, a concorrência entre as cidades também acompanham esse processo. As cidades são premiadas por serem melhores que as outras e também recebem mais verbas por preservarem seus bens patrimoniais – inclusive pelo atrativo turístico que causam com esses bens. Ainda há o intuito de mercadoria quando a cidade é dividida territorialmente para a

⁸ Entrevista realizada em 25/10/2008, em sua residência.

⁹ A “Maria” a que se refere também foi entrevistada pela pesquisadora.

venda, em lotes, ou seja, na produção de seus espaços. *A produção do espaço-mercadoria envolve também a produção de representações que o acompanham* (p. 48).

Em outro momento, Nilva desabafou sobre o total patrimonial da cidade:

Campo grande não cuida... cadê o relógio? O prédio da prefeitura? Não preserva os monumentos... Não cuida da sua memória, as festas, religiosas, nós somos chochos, cultura popular é a zero, e de monumento também... o obelisco, não tem uma proteção...o patrimônio cultural e artístico é muito pouco preservado.

A feira não tem muito ver com a outra. Estes dias fui lá... ia ter um show, que antes isso não acontecia naquela feira...

Existe a saudade sim. Eu gostava de ir com os guris e comprar alguma coisinha... ia a pé com o carrinho...agora tem que ir mais ajeitado...era uma feira que a gente ia de chinelo.

Agora ela representa um ponto turístico!

A alteridade consta nos discursos, em um momento existe a valorização do aspecto estético e elitizado da Feira nova, em outro momento há a percepção da perda de alguns monumentos ou patrimônios que faziam parte da cidade, o discurso fica entre o novo que pode ser agradável e o antigo que não se pode perder. E as questões são formuladas para os governantes, vistos como guardadores e responsáveis pelo patrimônio. O discurso ficou entre o “patrimônio pertence a todos”, mas as ações devem ficar a cargo dos detentores de cargos públicos. O patrimônio não é encampado, e fica, por vezes, alienado.

Pensando na Feira como um patrimônio citado pelos entrevistados e pelas matérias de jornais, vejo que as ações de *marketing* urbano podem explicar a apropriação realizada no campo ideológico de cidade-mercadoria. O planejamento ressaltado pelos governantes tem a proposta de transformação da cidade em objeto vendável.

Agregar o termo “cultural” merece muitas reflexões com relação aos termos que formam – o que muitas pessoas adoram discutir – o “patrimônio cultural” de uma sociedade.

Os discursos tendem a englobar o que se pode definir como cultura, com Geertz:

O conceito de cultural ao qual adiro [...] denota um padrão, transmitido historicamente, de significados corporizados em símbolos, um sistema de concepções herdadas, expressas em formas simbólicas, por meio das quais os homens comunicam, perpetuam e desenvolvem o seu conhecimento e as atitudes perante a vida (Geertz, 1973, p.89)¹⁰.

O conceito elaborado por Geertz é amplamente usado, mas se faz necessária uma reflexão; Geertz trata primeiramente da história, nos termos *padrão* e *historicamente* faz referência ao tempo, ainda reforçando essa idéia com o verbete: *herdadas*.

¹⁰ Apud Chartier, 1990, p.67.

É profundo o alcance dos termos utilizados por Geertz, ele consegue somar *formas simbólicas* com a realidade das *atitudes perante a vida*. Sendo assim, o que a pesquisa discute é a perpetuação, a comunicação e o desenvolvimento do conhecimento, advindos de padrões transmitidos historicamente, expressos nas relações elaboradas no espaço-tempo da cidade, tendo como meio simbólico a Feira. Geertz incorpora o social no tempo, o cultural no espaço. Cultura como o elo entre o subjetivo e o real.

O termo “cultural”, de certa forma, está vulgarizado, desvinculado de qualquer profundidade, usado a “mão cheia”, qualquer forma de expressão é dita como “cultural”. Sempre num sentido polarizado, o que é antigo é cultura, ou o que é expressão é cultura, alienado do processo, do que Geertz salienta como *transmitido historicamente*.

Por muito tempo o conceito de cultura identificou-se com o de civilização. A cultura era o que representava a participação no mundo estruturado em valores de “progresso”, avanço tecnológico e de artes. Os Institutos Históricos e Geográficos surgiram com a necessidade de preservação da documentação para a criação da história do Brasil, responsáveis pela guarda dos papéis memoráveis. Assim como, os Institutos de Artes e de Patrimônios salvaguardam a chamada “alta” cultura. Depois o conceito de cultura passou a englobar o “folclórico”, o popular e o pitoresco. E a tensão existe quando o assunto é aprofundado:

Por conseguinte, a cultura apresenta-se como o campo de uma luta multiforme entre o rígido e o flexível. Ela é o sintoma exagerado, canceroso de uma sociedade dividida entre a tecnocratização do progresso econômico e a folclorização das expressões cívicas. Manifesta uma disfunção interna: o fato de que a apropriação do poder produtivo pelos organismos privilegiados tem como corolário uma desapropriação e uma regressão políticas do país, isto é, o desaparecimento do poder democrático de determinar a organização e a representação do trabalho que uma sociedade faz sobre si mesma (Certeau, 1995, p.235).

Certeau escreveu sobre uma ação cultural representada por uma *trajetória* aos lugares praticados, aos espaços construídos e assim transformados em espaços culturais.

Quando o jornal em 2004 anunciou uma despedida, estava acomodando o lugar de patrimônio dado a Feira em outro lugar, mas não o destruía. O discurso compreende memória e saudades, porém assinala um futuro, uma continuidade, uma preservação; dá lugar ao fim de um período, reforçando o valor patrimonial que consta na imagem de cidade da população. O título de patrimônio consola a perda de outros aspectos pertencentes à construção do espaço cultural em que a Feira tinha se tornado. Houve a tentativa de transmitir historicamente o bem.

A feira era um lugar praticado (Certeau, 2007), ou seja, um espaço. A Feira fazia

exatamente a compressão entre espaço e tempo. O tempo em que acontecia, a atuação, e o tempo que decorria nas vidas e na cidade, o cotidiano urbano. Assim como a *cidade poderia bem ser definida, em termos culturais, como um cronotopo, ou seja, como uma unidade de espaço e tempo* (Pesavento, 2004, p.1595). A Feira também poderia ser assim considerada, como um cronotopo se dá a ler o tempo com relação ao espaço em suas marcas, e se penso *que todo o texto é o produto de uma leitura, uma construção do seu leitor* (Chartier, 1990, p. 61); posso então dizer que a leitura da cidade ou da Feira é constituinte de seus leitores, no caso, seus habitantes e praticantes.

Lepetit (2001) sempre se referiu ao processo de leitura do texto que é a cidade. Procurarei me aprofundar nesses conceitos mais adiante, quando analisar a cidade como o todo.

Um lugar possui estabilidade, e o espaço é um cruzamento de móveis. O espaço é dinâmico, há uma organização de movimentos. No caso da Feira, quando está estabelecida uma ordem de barracas, um percurso a ser promovido pelo andar dos visitantes ou compradores, está criado o espaço naquele lugar. Ou seja, a Feira encarada como espaço não é apenas construída pelo lugar que ocupa, mas esse lugar também faz parte de sua integridade, o local que é “forma” interfere no “conteúdo” que é a prática. E mais, o pertencimento e a relação com o patrimônio se dão na interface entre a forma e o conteúdo. Para simplificar, a forma e o conteúdo integram as relações estabelecidas com o patrimônio da cidade, estreitando o elo de pertencimento entre habitante/cidadão e lugar/cidade.

O que Foucault diz a respeito das cidades desde o século XII até o XIX pode ser visto ainda na cidade do século XXI. As cidades que pretendem ser “cidade-mercadoria” agem para o disciplinamento da população pelos mesmos mecanismos do passado. Sendo assim, criam bairros cada vez mais afastados da região central, e também mantêm o panoptismo nas relações em lugares públicos, com a colaboração de uma forte rede de informações, assim como a fixação e *fixar é um dos primeiros objetivos da disciplina* (Foucault, 1987, p.191).

A mudança da Feira Livre Central em 2004 para um lugar fixo – com uma Associação ligada à municipalidade, promovendo eventos turísticos, organizando os fluxos e os caminhos dos habitantes – foi uma tática de poder, implantando a disciplina e assegurando a ordenação das multiplicidades humanas.

Naôr, em sua entrevista, disse que nos anos da Ditadura Militar no Brasil sentia que

não podiam ficar conversando em grupos, tinham receio. Isso me fez entrar em contato com um período difícil do Brasil (1964 – 1985). Socorro¹¹, feirante há 19 anos, também me fez ver a Ditadura que permanece. Explicando, em sua entrevista, várias vezes, ela repetia que não tinha nada pra reclamar, que estava tudo bom demais. Socorro foi solícita em me conceder a entrevista, mas ao mesmo tempo uma “ostra”, como pesquisadora pude perceber os medos, os receios. Também pude perceber o controle panóptico instalado por anos de Ditadura Militar, como se todos fossemos informantes, senão mais do Governo Militar, do poder seja ele: a prefeitura, a associação, os credores, os moradores ou a imprensa.

A Maria concedeu a entrevista, mas a partir de certo momento não falou mais. Ela parou de falar e me perguntou: *Pra quê que é isso mesmo?* Eu respondi repetindo tudo que já havia dito sobre uma dissertação de mestrado, trabalho de história e etc. Mas ela olhou-me desconfiada e calou-se. Esse é o poder que se instaura em pequenas instâncias e que disciplina.

Mesmo assim, a mesma Maria, que ficou calada, me mostrou que algumas pessoas não são totalmente convencidas pelas micro-táticas do poder atuante. Ao entrevistar a Maria, conhecida como Maria “Batatinha”, trabalhadora da Feira há quarenta e três anos (desde 1966), nota-se uma decepção sobre a Feira nova. Ela disse:

*Aquela feira era boa demais... mas não volta mais...acabou...lá era sensacional....aqui..ninguém gosta daqui não! É patrimônio da cidade, mas a outra era bem melhor!*¹²

Maria “Batatinha” só conheceu o trabalho na Feira em toda sua vida, começou ajudando a sua mãe e continuou se mantendo da venda de verduras e legumes. Ela, primeiramente, analisa os rendimentos de sua banca para fazer a comparação entre a Feira que ela conhece desde a infância e a feira que existe a partir de 2004. Mas, posteriormente, e dizendo que precisa trabalhar em outras feiras para ganhar mais, confessa que seus fregueses também não gostam do novo lugar e que: *é ruim demais, a gente não trabalha satisfeito.*

Sobre a satisfação no lugar de trabalho a fala de Cláudia é triste:

*Você quer que eu fale da Feira antiga? (suspiro)... Ai que saudade!*¹³

A Cláudia é uma feirante (há 15 anos) que deu continuidade ao trabalho de seu marido, ele planta e ela é responsável pela venda da produção de hortaliças. Ela é respeitada

¹¹ Entrevista realizada em 29/10/2008 na Feira.

¹² Entrevistada em 29/10/2008 na Feira.

¹³ Entrevistada em 29/10/2008 na Feira.

pelos outros feirantes, algumas senhoras que tentei entrevistar me respondiam: *Pergunta para a Cláudia, ela que sabe falar essas coisas, ela fala bem!* Talvez, seu jeito franco, tenha a feito ganhar essa responsabilidade. Cláudia não gosta da Feira mudada, me disse:

O que influi mais é a venda... o pessoal de lá não vem aqui pra comprar... o pessoal gosta da barraca... da água passando (risos)... lá era tudo certinho...também tinha banheiro...não era essa sujeira que o povo fala não...nunca devia ter saído de lá não...lá que era feira tradicional, aqui virou restaurante. O povo aqui vem passear, olha, olha, olha e vai embora. Aqui tem que pagar condomínio, que pesa pra gente. Tá sabendo que vai cobrir aqui no meio? Vai ficar mais fechado, isso não é mais feira, é uma praça de alimentação, aqui só chama “feira” por causa dos verdureiros, todo mundo quer vender as barracas, ninguém quer ficar... além de ganhar menos, o trabalho é o mesmo... antes a gente colocava o caminhão perto da barraca...aqui tem que carregar as coisa de lá de fora até a barraca de carrinho, o trabalho é até maior.

Detalhando a entrevista da Cláudia, noto que a relação com o trabalho é imprescindível, no caso das referências quanto ao ganho, mas também a vontade de se realizar no trabalho aparece quando as condições são vistas, como a limpeza e a notícia de cobrirem a parte que era a céu aberto. O controle – via condomínio, e nas resoluções feitas pela Prefeitura e pela Associação – é acatado, mas com restrições de observar que a Feira tende a ser uma praça de alimentação, lugar típico de *shoppings*.

O que a própria Cultura estima não é o particular, mas algo muito diferente, o indivíduo. Com efeito, ela vê uma relação direta entre o individual e o universal. É na unicidade de alguma coisa que o espírito do mundo pode ser mais intimamente sentido; mas revelar a essência de uma coisa significa despi-la de seus particulares acidentais. O que constitui minha própria auto-identidade é a auto-identidade do espírito humano. O que me faz aquilo que sou é minha essência, que é a espécie à qual pertença. A Cultura é em si mesma o espírito da humanidade individualizando-se em obras específicas, e o seu discurso liga o individual e o universal, o âmag do eu e a verdade da humanidade, sem mediação do historicamente particular (Eagleton, 2005, p.84).

Quando ouvi as preocupações de Cláudia, senti impacto com o que Eagleton levantou neste parágrafo acima. O humano que se nota nas relações, nos fazeres da vida. A civilidade está transparente nas ligações do dia-a-dia. Quando Cláudia se refere a um lugar como de um *shopping* – ambiente diferente do que ela entende como uma Feira – está tentando estabelecer uma relação entre o individual e o universal. Tendo formulado dentro de si a caracterização de Feira e de *shopping* e tendo definido ao qual e de que maneira pertence, sente que a mistura desliga-a do universal, deixando-a individualista em sua auto-identidade. Há como um desligamento de seu pertencimento. E quando perguntada sobre a

sensação de estar na feira trabalhando (após 2004), ela me respondeu: *Eu sinto que venho trabalhar em uma loja!*

Jade, dona de uma barraca de comidas, disse:

Eu faço tudo aqui na barraca, não faço nada em casa, antes eu trazia tudo pronto da minha casa. Sobre o movimento eu não tenho o que reclamar não... aqui a gente receber todo tipo de pessoas, da classe alta a classe baixa... todo tipo de público. Lá ia muita...muita gente...lá você via artista, até político. Muita gente diferenciada também... lá pra mim era muito bom. Eu ouço o pessoal falar: lá que era feira, queria que fosse na rua. No começo foi difícil, teve muita resistência... eu vou muito em feirinhas (referindo-se às feiras de bairros), eu gosto da rua também.

Essa entrevista me alertou para o fator subjetivo de ser feirante e ser moradora da cidade também. De um lado ela fala de participar de uma melhoria nas suas condições de trabalho, e de outro lado a continuidade de ir a feirinhas, que são feitas em ruas dos bairros da cidade. A Jade trabalha na feira “moderna”, mas é participante na feira que ela mesma, em outro momento da entrevista, chama de tradicional.

Rosimeire, treze anos como feirante com barraca de brinquedos, colocou explicitamente:

*Aquela feira acabou. Lá era feira mesmo... aqui é um condomínio fechado... a gente paga condomínio, não acho caro...mas é um patrimônio histórico... e ponto turístico, né? Quando eu venho pra cá, **eu venho pra minha loja!** Feira que eu sempre entendi é barraca de lona... o movimento das feiras de bairro aumentou...tem gente que faz feira de segunda a domingo. E mudou o público que vem aqui e que vai nos bairros... o público daqui é mais sofisticado¹⁴.*

Ainda sobre o que é universal e humano e o que é individual e não deixa de ser humano, na fala de Rosemeire há um encontro entre o que ela vê como público da Feira e em que lugar social ela está se colocando. A justificativa pelo valor que ela paga de condomínio é que a Feira é um “patrimônio histórico”, nesse momento alcançamos o teor de um conceito extremado e construído como arquitetura no arcabouço mental de cada ator social. Talvez, se o patrimônio não existisse, devesse ser inventado. Existe outra idéia, porém, o patrimônio inventado se relaciona com o tempo, quando necessário ele pode ser reinventado, mudando suas vestes e cumprindo sua missão.

Socorro disse:

teve uma política pra tirar a gente de lá... porque o prefeito quis tirar a gente de lá...em 2002 quiseram tirar e não conseguiu.. a japonesa queria vir, são os da

¹⁴ Achei interessante o termo usado pela entrevistada, sofisticado substituiu o que outros chamariam de elite.

comida, mas de verdura e fruta ainda não chegamos igual o que era lá (falando de rendimento das barracas) ainda está a metade do que era lá.

Maria do Socorro tem duas barracas de frutas, ela falou que gosta muito da Feira e que acha que continua sendo uma “feira”. Mas na parte da entrevista citada acima deixou “escapar” que sabia do movimento político e das estratégias para mudar a Feira de lugar. Esse modo de convencimento usado pela prefeitura, para realizar seus projetos, não é aceito inconscientemente. Ou seja, a valorização de patrimônio existente ou a patrimonização é sentida pelos agentes cidadãos, e as táticas do poder também são vistas. O convencimento acontece na individualidade e na coletividade: *O que me faz aquilo que sou é minha essência, que é a espécie à qual pertença* (Eagleton, 2005, p.84). A humanidade e o pertencimento colaboram com a aceitação. O patrimônio pode suplantar a história quando preenche a necessidade de convencer.

O sentimento acalantado pela patrimonização é de consolo, o tempo leva consigo muitas emoções, e é preciso segurar, para não se perder. O patrimônio concede segurança na relação com a humanidade, mesmo que não tenha contato com esse patrimônio, sabê-lo dá conforto.

No limite, o patrimônio acumula cultura, pertencimento, cotidiano e ao mesmo tempo toca na essência¹⁵, no elo de humanidade. Não se faz necessário dizer por que o termo seja tão bem quisto nos projetos governamentais e nas rodas de memorialistas, tão valorizado pelos chamados “formadores de opinião”, o patrimônio dá-nos certeza de termos história, de não sermos soltos no mundo de efemérides, de não nos questionarmos de nossa “missão” neste mundo. Para tanto o patrimônio é procurado, construído, inventado, levantado, falado e divulgado.

Referências Bibliográficas:

CAMARGO, Haroldo Leitão. *Patrimônio histórico e cultural*. São Paulo: Aleph, 2002. – (Coleção ABC do Turismo).

CANCLINI, Néstor García. O Patrimônio Cultural e a Construção Imaginária do Nacional. Trad.: Maurício Santana Dias. In: HOLANDA, Heloísa Buarque de (org.). *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Cultural*. Cidade. Nº 23, IPHAN, 1994.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural; entre práticas e representações*. Coleção Memória

¹⁵ Vista pelo prisma de Eagleton.

e Sociedade. Lisboa: DIFEL, 1990.

CERTEAU, Michel de. *A cultura no plural*. Trad.: Enid Abreu Dobránszky. Campinas, SP: Papirus, 1995.

_____. *A Invenção do Cotidiano: I. Artes de fazer*. 13 ed. Trad.: Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

EAGLETON, Terry. *A idéia de cultura*. Trad.: Sandra Castelo Branco. São Paulo: UNESP, 2005.

MAFFESOLI, Michel. *No fundo das aparências*. Trad.: Bertha Halpern Gurovitz. Petrópolis: Vozes, 1996.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Trad.: Lígia M. P. Vassallo. Petrópolis: Vozes, 1987.

GEERTZ, Clifford. *The Interpretation of Cultures*. Nova Iorque: Basic Books Inc., 1973.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina & CHAGAS, Mário (Orgs.). *Memória e Patrimônio; ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP & A, 2003.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. Trad: Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais Ltda, 1990.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad.: Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2001.

LEPETIT, Bernard. *Por Uma Nova História Urbana*. Seleção de textos, revisão crítica e apresentação Heliana Angotti Salgueiro; trad. Cely Arena. São Paulo: Editora da USP, 2001.

OLIVEIRA NETO, Antônio Firmino de. *A rua e a cidade: Campo Grande e a 14 de julho*. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2005.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidade, espaço e tempo: reflexões sobre a memória e o patrimônio urbano. In: *Fragmentos de Cultura*, v. 14, n.9, p.1595-1604, Goiânia: IFITEG, 2004.

SÁNCHEZ, Fernanda. *A reinvenção das cidades para um mercado mundial*. Chapecó: Argos, 2003.

X ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA ORAL
TESTEMUNHOS: HISTÓRIA E POLÍTICA

▸ Recife, 26 a 30 de abril de 2010.
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)
Centro de Filosofia e Ciências Humanas

ISBN 978-85-7315-769-7